

O PAPEL DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

J. G. ORSINI

Já foi amplamente demonstrada, por vários autores e sob diferentes prismas, a enorme contribuição dada pelo café para o crescimento e a diversificação da economia nacional. O que cabe indagar a esta altura é se essa atividade estará, em que grau e até que época, em condições de continuar a desempenhar o mesmo papel.

Nesse sentido, convém consignar, de início, a importância de que se reveste a cafeicultura no atual panorama da economia brasileira.

As interpretações mais freqüentemente veiculadas a esse respeito primam por conferir ênfase a dois aspectos da questão:

- A destacada participação das exportações de café no conjunto de nossa receita cambial (a qual se tem situado nestes últimos anos, em média, ligeiramente abaixo de 50% do total);
- A diminuição do realce relativo da atividade cafeeira na formação do Produto Nacional Bruto (em torno de 3% a 4% nestes últimos anos).

A concepção que comumente decorre dessas observações é a de que o café tem como sua principal função, no atual estágio da economia nacional, servir de sustentáculo à nossa receita cambial, proporcionando parcela ponderável das moedas estrangeiras indispensáveis para garantir as importações de matérias-primas, produtos intermediários, equipamentos e combustíveis requeridos pelo nosso parque industrial. E, na linha dessa maneira de encarar o problema, a orientação

que tem predominado na condução da política cafeeira nos últimos tempos tem sido caracteristicamente marcada por uma preocupação cambial.

Esse enfoque deixa implícita (quando não é acompanhado da respectiva explicitação) a crença de que, no curso de nosso processo de desenvolvimento, o café está fadado a ser mais um dos tantos “ciclos”, de cujo encerramento já nos estaríamos aproximando e ao qual sucederia, presumivelmente, a plena vivência da fase industrial. Por isso mesmo, as próprias preocupações cambiais em relação ao café se limitam via de regra ao desfrute de suas máximas possibilidades imediatas, como se os seus dias estivessem contados. E enquanto se realizam esforços consideráveis — em si mesmo louváveis e necessários — para transformar o Brasil em um exportador de manufaturados, não se evidencia nos mesmos círculos a menor preocupação em equacionar o problema de nossa sobrevivência como principal país exportador de café do mundo.

Dêsse modo, mais uma vez a intenção de “antecipar-se à História” funciona como elemento plasmador do futuro e a presunção da fatalidade do declínio do café resulta na adoção de políticas de cunho derrotista, que acabam por tornar inevitável o referido declínio.

Cumpre, porém, passar em revista essas concepções que hoje gozam de livre curso, inclusive em muitos meios técnicos.

Em primeiro lugar, a visualização do problema cafeeiro sob o prisma puramente cambial constitui uma traição à realidade e uma fonte de sérios desequilíbrios econômicos e sociais.

Basta considerar quatro aspectos capitais, a respeito dos quais se apresenta viável um esforço de quantificação, de resultados relativamente satisfatórios:

- o papel do café no mercado de trabalho;
- sua atuação como fator de aglutinação social;
- sua função de distribuição de renda;
- sua contribuição à diversificação da população rural.

No que respeita às oportunidades de trabalho propiciadas diretamente pela cafeicultura, pode-se formular a seguinte estimativa:

Admitindo-se que, com as erradicações promovidas pelo GERCA em sua primeira etapa de funcionamento e com as efetuadas mais recentemente sob os auspícios do IBC, bem como com as que se realizaram à revelia de qualquer plano

oficial, tenham sido arrancados desde o Censo de 1960 aproximadamente 2 bilhões de cafeeiros, o Brasil deve dispor atualmente de cerca de 2 bilhões e 300 milhões de pés de café.

A base de 1 pessoa adulta (uma “enxada”) para o trato de cada 3.000 pés (como é a norma predominante), teoricamente 760.000 pessoas, em números redondos, deveriam trabalhar atualmente nas lavouras cafeeiras. Computando-se, porém, o trabalho de um menor (“meia enxada”) para cada pessoa adulta, na verdade pode-se estabelecer a relação em termos de 1 adulto e 1 menor para cada 4.500 cafeeiros. Assim sendo, teríamos cerca de 1 milhão de pessoas trabalhando atualmente nos cafézais brasileiros. Presumindo-se que os serviços complementares da atividade cafeeira (administradores, fiscais, tratoristas, carroceiros, “terreiristas” etc.) absorvam, como sugerem as verificações empíricas, um contingente humano adicional de pelo menos 10% do pessoal ocupado no trato direto dos cafézais, teríamos ao todo perto de 1 milhão e 100 mil pessoas ocupadas na produção de café.

A extrapolação dos dados dos Censos permite avaliar em aproximadamente 30 milhões de pessoas a população ativa atual do Brasil, dos quais 17 milhões no meio rural. Assim sendo, o cafézal é responsável por perto de 4% da população ativa total do País e por cerca de 6,5% da população ativa rural.

Em relação à população total do País — e daí o papel de aglutinação social da atividade cafeeira — os dados se mostram ainda mais expressivos. Partindo-se do número total de trabalhadores de 1 milhão e 100 mil e adotando-se o coeficiente de conversão de 2 (um adulto e um menor), teríamos empenhadas nas lides cafeeiras aproximadamente 550 mil famílias. Como parece razoável admitir para o meio rural uma média de 6 pessoas por família, teríamos aproximadamente 3 milhões e 300 mil pessoas vivendo na dependência do cultivo do café.

Como a população total do Brasil deve ser atualmente de 86 milhões de pessoas, das quais pouco menos da metade radicada no meio rural, tem-se que o cafézal abriga cerca de 4% da população total do País e quase 8% da população rural.

No que concerne à distribuição da renda, o cômputo pode ser efetuado, de maneira simplificada, com base nos itens seguintes, apurados no ano passado:

- Cr\$ 150.000 por trato de cada mil pés, ou seja: total de Cr\$ 345 bilhões;
- Cr\$ 2.500 pela colheita de cada saca em côco (54 milhões de sacas em côco, ou cerca de 18 milhões de sacas beneficiadas, colhidas no ano passado), ou seja: Cr\$ 135 bilhões;
- Cr\$ 4.000 pagos por transporte interno, secagem, benefício etc. de cada saca beneficiada (18 milhões de sacas), ou seja: Cr\$ 72 bilhões.

Teríamos, assim, uma distribuição, no ano passado, de aproximadamente Cr\$ 550 bilhões em remuneração ao trabalho nas fazendas de café. Admitindo-se, com base em extrapolação de dados anteriores das "Contas Nacionais", que em 1966 a renda disponível no setor privado tenha sido de Cr\$ 48 trilhões, dos quais Cr\$ 11 trilhões no setor agrícola, o café teria assegurado aos trabalhadores que dêle dependem uma participação de, respectivamente, 1,2% e 5%.

Sob os aspectos que se acabam de mencionar, torna-se significativo um cotejo entre a atividade cafeeira e a indústria automobilística nacional — já que esta acusa uma participação na formação do Produto Nacional Bruto praticamente equivalente à daquela. Com a particularidade de que, enquanto o cafézal é visto como símbolo de um passado que se pretende enterrar, o automóvel é freqüentemente encarado como um dos mais expressivos marcos da nova fase em que ingressa a economia nacional.

Temos assim:

	Indústria automobilística	Cafeicultura
Trabalhadores empregados	200.000	1.100.000
Dependentes diretos do setor	1.000.000	3.300.000
Remuneração da mão-de-obra	Cr\$ 450 bilhões	Cr\$ 550 bilhões

Como se verifica, o café desempenha um papel muito mais amplo em matéria de oferecimento de oportunidades de trabalho e de distribuição de renda do que setores de elite de nosso parque industrial.

Convém ainda ter presente a contribuição da atividade cafeeira para a diversificação da produção rural. Apesar de freqüentemente identificado à figura da "monocultura", o cafézal na verdade está intimamente consorciado e serve

mesmo de sustentáculo à muitos outros ramos de exploração agropastoril. A grande pesquisa realizada em 1958 pela FAO, CEBAL e IBC a respeito de "A Indústria do Café em São Paulo" evidenciou que:

- apenas 15,9% da área total das propriedades cafeieiras eram de fato ocupadas pela rubiácea;
- do total da renda bruta das referidas propriedades, somente 51,6% eram propiciadas pelo café.

As chamadas "fazendas de café", portanto, são sede de uma poliforme atividade produtiva, propiciada em grande parte pela disponibilidade de instalações básicas montadas com vistas à cafeicultura, bem como pela presença nas referidas propriedades de grandes contingentes humanos cuja força de trabalho só parcialmente é ocupada pelas lides cafeieiras nas entressafras. Daí poder-se creditar a tais empresas rurais parcela ponderável do suprimento de gêneros alimentícios e de matérias-primas ao mercado interno e à exportação.

Não são, pois, apenas as divisas proporcionadas pelo café que estão em jogo quando se executam políticas que, de uma forma ou de outra, resultam em colocar em xeque a persistência da cafeicultura no País.

Pode-se, porém, perguntar até que ponto essa persistência é viável.

O problema se prende a duas ordens de fatores nitidamente distintos. Um de natureza externa e outro de natureza interna.

Externamente, as possibilidades de sobrevivência da cafeicultura nacional são ameaçadas pelo vigoroso crescimento da produção em áreas concorrentes. A pressão desses produtores estrangeiros no sentido de assegurar escoamento para suas safras sempre crescentes tem resultado em contínua deterioração da participação relativa do café brasileiro no total do consumo mundial. Mesmo no decorrer destes últimos anos, com a vigência do Acórdo Internacional, restringimos conscientemente nossa pretensão de abastecimento dos mercados tradicionais, de 39,48% para 37,05%.

E para o futuro imediato as perspectivas não são nada risonhas. Segundo levantamento efetuado pela Organização Internacional do Café, o potencial cafeieiro já implantado no mundo deverá permitir que, no fim da presente década, a produção exportável a ser obtida fora do Brasil atinja 40 milhões de sacas. Como as estimativas mais otimistas da

demanda das áreas importadoras se cifram, para essa mesma época, em torno dos 52 milhões de sacas, verifica-se que, se não se criarem condições para que os demais países produtores participem substancialmente dos esforços de ajustamento da oferta à procura, de modo a subtrair o Brasil à conclusão de fornecedor "residual", veremos cair para cerca de apenas 12 milhões de sacas (ou seja: 23% do total) as nossas possibilidades de exportação.

No entanto, parece difícil que se criem as referidas condições enquanto os preços internacionais do café forem mantidos em faixas estimulantes de novos plantios no exterior.

E que os atuais preços internacionais são estimulantes é conclusão a que se pôde chegar — mesmo à falta de suficientes informações sobre os custos de produção nos vários países — por inferência da situação em que se encontram os produtores brasileiros. Para que estabelecessem níveis de desestímulo a estes, optou-se por um preço interno equivalente a um terço do preço externo (uma saca de café, ao preço médio de US\$ 50,00, corresponde a Cr\$ 135.000, mas apenas Cr\$ 47.000 são, em média, deferidos ao exportador). Se foi preciso ir tão longe para criar o desestímulo, que dizer de países em que o produtor é remunerado na paridade do preço-ouro integral e em que, segundo se presume, os custos da mão-de-obra são mais baixos?

No atual estado de coisas, tudo se passa como se insistíssemos em aumentar a pressão no interior da panela e procurássemos ao mesmo tempo impedir a explosão com uma tampa que não está perfeitamente ajustada. A tampa no caso é o Acôrdo Internacional e ela (ou "êle") só não voou ainda pelos ares porque a panela tem a sua válvula de escape, através da qual volta e meia se consegue aliviar a pressão interna. Mas essa válvula — que, no caso, são os "wavers" e autorizações especiais para exportações além das cotas regulares — tem capacidade limitada e, se a pressão continuar a ser intensificada no interior da panela, a explosão será inevitável.

Ao invés de estarmos cultivando um gigantesco Orés cafeeiro internacional, portanto, melhor seria, para que o Acôrdo encontrasse condições para seu mais adequado funcionamento, que conduzíssemos uma política de preços externos num sentido de menor ambição de receita cambial. No atual estágio de folga do balanço de pagamentos, tal diretriz seria perfeitamente viável e ela teria duas conseqüências fundamentais:

- atenuaria os estímulos ao crescimento da produção concorrente no exterior;
- melhoraria a posição competitiva do café brasileiro face aos produtos de qualidade inferior (notadamente Robustas), visto que, numa faixa de preços mais acessíveis, seria menor o interesse dos compradores por artigo mais barato, tornando necessário aos ofertantes desta mercadoria conceder descontos (deságios) de amplitude muito maior para se manterem no mercado.

Os dois efeitos, assim, se integrariam e é provável que nossos concorrentes da gama dos cafés inferiores viessem a sentir a baixa com um alcance ampliado, acentuando sobre eles o desestímulo a novas plantações e tornando-os mais propensos a uma cooperação sincera no âmbito do Acôrdo Internacional.

Paralelamente, o solúvel, com o poderoso trunfo representado pelo câmbio livre, poderia ir sendo utilizado como arma de retomada de mercados e de conquista de outros ainda não habituados a um elevado nível de consumo de café.

Caso se adotasse uma política desse gênero, talvez se conseguisse afastar a ameaça externa de gradativo estrangulamento da cafeicultura brasileira.

Mas há ainda a considerar a ameaça interna. Esta, paradoxalmente, é representada pelo progresso econômico e social do País. E é fácil compreender por que.

O café, pela impossibilidade de mecanização de suas principais operações e pelo elevado contingente de mão-de-obra que requer, tem sido considerado como planta tipicamente "colonial". Ele só teria condições de sobreviver em países de mão-de-obra abundante e barata, o que presume a existência de setores secundário e terciário altamente desenvolvidos — hipótese em que ocorreria a absorção por estes segmentos da economia de consideráveis parcelas da força de trabalho e a maior valorização desta.

E, realmente, a história do café brasileiro tem sido lastreada em ciclos bem definidos de utilização de contingentes humanos socialmente submissos: o escravo, o imigrante estrangeiro, o retirante nordestino.

No entanto, o fato de a economia cafeeira ter evoluído sobre tais bases não quer dizer que, inserida num contexto econômico, social e político diferente, não seja ela capaz de

amoldar-se a novas condições. A não ser que houvesse uma impossibilidade de natureza propriamente econômica, que impedisse a empresa cafeeira de concorrer no mercado de trabalho de uma sociedade industrializada.

Tal impossibilidade talvez se faça presente face às atuais características tecnológicas e econômico-financeiras da lavoura de café. No entanto, se se promover uma reestruturação em profundidade de nosso parque cafeeiro, não há porque excluir “a priori” a hipótese de que o café venha a florescer à sombra das chaminés. Pois o problema, como se disse acima, é essencialmente econômico e se traduz, em última análise, na capacidade ou não da empresa cafeeira de absorver custos bem mais elevados de mão-de-obra.

Para enfrentar esse desafio, porém, o café conta com extraordinárias potencialidades, a saber:

- O preço ora auferido pelo produtor corresponde a aproximadamente um terço do valor real do produto. Mesmo, portanto, que se enveredasse por uma política de preços-ouro mais prudentes (que não deveria, evidentemente, significar um aviltamento de cotações), haveria margem para a liberação, em favor do lavrador, de melhores níveis de remuneração;
- O estoque de tecnologia já disponível entre nós permitiria, com razoável esforço, duplicar ou mesmo triplicar a produtividade média das atuais lavouras de café, com resultados altamente benéficos sobre os custos unitários de produção.

Da conjugação desses dois trunfos poderia resultar uma cafeicultura devidamente equipada para recrutar e conservar a mão-de-obra indispensável às suas operações, em concorrência com as solicitações dos setores secundário e terciário da economia.

Para se chegar a esse resultado, porém, é indispensável que se ponha em prática uma política de feições mais corajosas no setor, de modo a excluir de forma racional e permanente o problema da superprodução (condição “sine qua non” para a extinção ou razoável atenuação do chamado “confisco cambial”), bem como criar condições de interesse empresarial e de possibilidades financeiras para a incorporação à lavoura cafeeira de uma mais moderna tecnologia (a qual pressupõe, encerrado o ciclo da “mineração do humus”, investimentos apreciáveis em instalações fixas e insumos).

A fórmula que poderia permitir o alcance simultâneo desses vários objetivos seria a implantação na cafeicultura do regime de cotas individuais de produção, à semelhança das existentes entre nós para a cana-de-açúcar e cujo relaxamento em anos recentes projetou esse setor na grave crise em que até agora ele se debate.

Com uma produção contingenciada em caráter permanente, desapareceria o problema dos excedentes. O preço do café ao produtor poderia, assim, ser ajustado às conveniências de melhoria de sua remuneração, seja porque não haveria sobras a adquirir, seja porque não haveria o risco de a melhor remuneração desencadear mais um dos clássicos ciclos de plantios desordenados. Por outro lado, com a estabilidade econômico-financeira de que passaria a desfrutar e o nível razoável em que esta se estabeleceria, o empresário teria estímulo e recursos para investir na cafeicultura. Inclusive, porque, com o "teto" de produção física que o regime de cotas lhe deferiria, o único caminho para a maximização dos lucros consistiria na intensificação do cultivo do cafézal, contraindo cada vez mais a sua área, na proporção dos ganhos de produtividade, de modo a baixar os custos unitários de uma mesma quantidade global do produto.

A fórmula traz, assim, em seu bôjo os próprios germens da transformação da cafeicultura em uma atividade de moldes tipicamente industriais, como se faz mister para que ela sobreviva e prospere no Brasil de amanhã.

Comentador: *Dr. Ruy Miller Paiva*

Senhor Presidente,

Meus colegas

Não é fácil a gente executar esta função oficial de discutir o trabalho do Dr. Orsini, quando nós concordamos com a tese defendida por êle. Estamos em acôrdo integralmente, mas eu queria lembrar aos colegas que esta tese não tem sido em geral aceita no Brasil. De modo que o fato dêle a ter apresentado e eu estar de acôrdo não quer dizer que os Srs. não a devam ler com cuidado, e aliás ao ler êste trabalho, eu chamaria atenção principalmente para os técnicos que fazem trabalhos de cunho mais científico, que não se iludam pelo fato dêle não ter uma apresentação científica, não ter uma porção de citações precisas, não fazer referências à literatura existente, e não fazer comprovar tôdas as suas afirmativas. Êle não adotou êste tipo de apresentação. Mas, os srs. que trabalham, que fazem pesquisas científicas, não se iludam, porque a sequência lógica e a análise feitas por êle estão dentro de princípios econômicos válidos, e portanto têm êste caráter que deve ser considerado. A tese indaga no início como é que o café ainda pode contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, e quais as mudanças na política que se fazem necessárias; e é justamente nestas mudanças na política atual que o trabalho se torna mais importante inclusive quando êle diz que o Brasil é um produtor marginal e que isto traz aos cafeicultores, aos upanistas, um verdadeiro grito de revolta. Não há que se iludir nós somos produtor marginal devido à política que nós adotamos em defesa de preços. Uma vez que se adote uma defesa de preços como no Brasil adotou, o País passa a ser um produtor marginal, não tem por onde fugir; pode-se mudar em nome, mas não a situação do Brasil como produtor marginal. De modo que êles dizem a coisa com o aumento da produção dos demais países e a produção do

Brasil vai diminuindo; é uma condição que teria que ocorrer, a não ser que o Brasil mudasse a política e fizesse um programa de fomento que venda no exterior e novos mercados. Então nós teríamos um aumento do consumo mundial do café, mas se nós considerarmos o crescimento normal do consumo do café e a proporção com que cada país contribui, se os outros países aumentam suas produções, o Brasil para manter o sistema de defesa tem que diminuir suas vendas para o exterior, enquanto o mercado internacional não se tornar efetivo na realidade, o que no momento, até hoje, ainda deixa muitas dúvidas. O ponto mais importante que o Dr. Orsini acentua é a meu ver o momento de se fazer uma mudança nesta política de café. Que nós estamos perdendo esta oportunidade, o momento é este, é agora, já foi desde o ano passado. Aí é um ponto discutível, que se pode defender, mas o fato é que no momento nós temos reservas cambiais. Este grande argumento, de que nós não podíamos modificar a nossa política face à necessidade de nós termos uma receita cambial sem a qual o Brasil não podia se desenvolver, agora, falta. Ele não apresenta a medida como um remédio de cura imediata ou de tal forma violenta que os outros países não terão alternativas; não é assim, é uma mudança de nossa política, que vai mudar mais elementos para fazer com que os outros países colaborem no acôrdo internacional. Nós ainda continuamos mantendo o mesmo preço em dólar; os preços estão rígidos no mercado internacional. Há uma tendência de baixa, mas eu lembro que a situação da baixa de preços no acôrdo internacional estabelece uma faixa de preços e quando estes caírem nós deveremos diminuir a quantidade exportada segundo os diferentes países; portanto esta política de cota ainda está em vigência. Se o Brasil adotar uma política contrária em deixar cair os preços (de acôrdo com a sugestão do Dr. Orsini), isto trará um problema para o País, em saber como é que nós vamos fazer isto e ao mesmo tempo manter o acôrdo internacional porque, teòricamente, se não me falha a memória, há três classes de café. Se cada um destes cafés cai, é obrigado a diminuir as cotas e exportar e aí então é preciso que o Brasil, problema este não abordado pelo Dr. Orsini, considere se ele vai resolver deixar cair o preço no mercado internacional a um nível mais baixo. Notem bem que não é uma guerra de preços; se o Brasil deixar cair o preço ao nível mais baixo, terá que considerar a sua posição no acôrdo internacional e terá que considerar o funciona-

mento dêsse acôrdo face a essas novas bases de preços, porque segundo o estabelecido, se o Brasil deixar cair o preço no mercado internacional de seu café, obrigatòriamente diminui a cota a que tem direito no montante das exportações no mercado mundial. Outro ponto para que o Dr. Orsini chama atenção é que além da oportunidade do momento, além da necessidade atual, há que fazer com que os outros países possam participar do acôrdo diminuindo as suas produções, o que até hoje é muito relativo, e que os outros países têm feito, como êle aliás afirma aqui, devido aos wavers, são os contrabandos de café de uma região para outra, a não ser a Colômbia, que mantém um estoque; mas a Colômbia sempre manteve um estoque de uns dois milhões de sacas para poder regular as margens de preços; e a África (antiga colônia francesa), que já teve durante alguns anos uns excedentes que manobravam e que dificultavam, uma vez que era difícil a exportação, mas de um modo geral os outros países, principalmente a América Central, até hoje não têm estoques invendáveis e não aceitam a fiscalização no país na entrega dêsses estoques não vendáveis; até hoje não aceitaram êste ponto, de modo que é uma dificuldade para se pôr em execução e se tornar efetivo o acôrdo internacional do café. No fundo ainda até hoje, a grosso modo, quem carrega e sustenta o acôrdo internacional é o Brasil. A seguir o Dr. Orsini lembra a condição "sine qua non" de um melhor contrôle de preços que nós fizemos até o presente, que é limitar as nossas produções. Até hoje o Brasil pensou que apenas o confisco cambial, quer dizer, dando um preço em cruzeiro equivalente a 1/3 do preço do mercado mundial, seria suficiente para que o Brasil se desinteressasse da produção; conforme o que constatamos, o aumento de produção do Brasil foi enorme devido às áreas novas. E êle então lembra que agora as possibilidades da evolução técnica do café no Brasil são enormes. Aliás num trabalho que eu apresentei aqui no primeiro dia com uma avaliação dos resultados dessa melhoria técnica e a sua influência no custo da produção, nós constatamos que o café era o produto que maior aumento proporcionava, segundo o levantamento que eu fiz dos trabalhos publicados na revista Agricultura em São Paulo. O caso que êle supõe admissível para o café é um aumento de 25 até 100 arrobas; são 4 vezes 400% de aumento, uma diminuição de custo de 36%, de modo que as possibilidades para se ter uma cultura intensiva de café são muito grandes e isto dificulta o problema da política

cafeeira no Brasil; dificulta porque se nós melhorarmos o preço em cruzeiro, há um incremento de produção e uma intensificação e um agravamento do problema dos excedentes do café. De modo que se faz imprescindível estabelecer as cotas de produção, e se puseram em dúvida a exequibilidade de com cota de produção, eu lembro aos srs. que isso não é inexecuível. Pode ser burocraticamente difícil, administrativamente difícil, mas não é inexecuível, porque hoje todo sacco de café produzido no Brasil encaminhado para os mercados já é registrado, existe um registro de embarque. O café tem que ser registrado no IBC, de forma que para nós estabelecermos que os produtores, de acôrdo com as produções dos últimos 2 anos, terão direito a uma cota de 200 ou 1000 sacos, conforme o critério que foi estabelecido, não me parece uma providência impossível de ser adotada e executada pelo Govêrno. Eu apenas lembro que uma vez adotada esta cota de produção para o café, e uma vez tornada efetiva, o problema vai se agravar para o setor agrícola, porque aí êste número todo de produtores de café que o Dr. Orsini nos mostra aqui, tem que arrumar outro produto, tem que arrumar outra atividade dentro da agricultura. E se nós formos procurar quais são estas atividades, nós entramos naquele mesmo problema que eu aliás debati no 1.º dia, que não é difícil de ser resolvido, uma vez que 51% da nossa população está no setor agrícola. Mas apesar dessa dificuldade, eu insisto que o estabelecimento de cotas e que a mudança no momento da política de café, diminuindo um pouco o preço no mercado, um pouco não, pode diminuir bastante o preço no mercado internacional, facilitaria a solução em caráter permanente do problema do café no Brasil.

Comentador: *Dr. José Carlos Farah*

Sr. Presidente,

Membros colegas de profissão,

É para nós uma grande satisfação aqui permanecer e podermos observar a tese apresentada pelo Dr. Orsini e comentada por uma autoridade como o Dr. Ruy Miller Paiva, que pudemos comprovar nesta viagem à Africa que acabamos de fazer e pelos países consumidores europeus. É um tanto quanto difícil assumir uma posição pela Confederação Nacional de Agricultura no momento, mas a Confederação irá agora no princípio na 1.^a quinzena de março dar o resultado do trabalho que está efetuando sobre o café e sobre o cacau. São dois problemas que vêm colocando a ciasse produtora agrícola um pouco preocupada quanto à validade a médio e a longo prazo no Brasil da participação do consumo internacional dos produtos. Eu queria primeiramente me fixar na tese defendida pelo Dr. Orsini e comentada pelo Ruy Miller Paiva. Na posição que o Brasil vem assumindo de erradicação de cafezais, a diversificação agrícola filosoficamente seria uma atuação que poderia trazer um resultado apenas teórico, mas pelo levantamento anteriormente comprovado por nós técnicos da Confederação Nacional da Agricultura, podemos adiantar aos srs. que o único subsetor agrícola que poderia permanecer no mesmo nível de renda é o do setor cafeeiro, mesmo assim com um certo decréscimo e que poderia trazer um conflito de ordem sociológica, tal a desocupação de mão-de-obra, pela utilização de mão-de-obra efetiva, na exploração desse setor agrícola, do sub-setor pecuário. Por nós foi constatado que havia um grande deslocamento e desocupação constante e fluxos migratórios de várias regiões produtoras brasileiras, mas eu não posso afiançar isso aos srs. estatisticamente; poderia afiançar em fatos o trabalho do Dr. Orsini, que faz uma apreciação quanto à sistemática e à metodologia usa-

da para mensurar a validade desta interpretação do deslocamento da mão-de-obra. Afianço que tivemos o início de nosso trabalho apresentação de uma tese levada pela Federação do Estado de S.P. em colaboração com a PROJETEC, que não deixa de ser de grande validade e que se dentro de uma programação global da economia Nacional, coisa que nós até hoje podemos notar seria êste equilíbrio intersectorial entre a economia, sociologia, nós não poderíamos admitir qual seria o destino dado a esta mão-de-obra desocupada. Quanto à formação da renda nacional, quanto à renda admitida pelas exportações brasileiras, à configuração da falta de exportação brasileira, o café ainda se encontra como o setor que vem subsidiando a Economia Nacional como um todo e principalmente no meio agrícola, como já pudemos comprovar, subsidiando diversos setores agrícolas através da sua diversificação na distribuição de renda, fato êste que coloca hoje o Brasil, ao menos nas regiões produtoras de café, nuuma posição bem interessante quanto à diversificação agrícola no aspecto de preços, que acredito seja politicamente dentro do contexto internacional. Bem interessante a posição fixada pelo Dr. Orsini e endosso aqui o comentário feito pelo Dr. Miller Paiva, porque o que podemos comprovar hoje na organização internacional do café que as três grandes classes de café cotadas nas bôlsas internacionais, principalmente a de N. York, sofreram uma queda natural pelo desgaste que tem tido o café do grupo Arábica e do grupo Mans — Colombiano, em relação ao robusta. Isto porque o mercado internacional hoje vem se aproximando não pelo fator de qualidade, e sim pelo fator preço, dado à interferência maciça no consumo europeu, principalmente europeu, e também dos EE.UU., em grande escala do café solúvel, cujo preço apresenta alternativa bem mais estimulante. Em certos países como a França, que mantém o nível de renda populacional bem acentuado, no Norte da França, por exemplo tem aparecido grande incentivo ao café de qualidade. Mas desde que pudéssemos conjugar o fator qualidade e o fator preço, coisa que o Brasil pode fazer, fato êste que o País pode levar como política no comércio internacional, dado à sua verdadeira posição de liderança e de sustentáculo, em abdicação dos demais produtores Latino-Americanos e Africanos principalmente, seria o moento de nós fazermos uma definição da verdadeira atuação do Brasil no comércio internacional. Não pelo dumping de preço, obviamente que não, porque outras relações tanto sociais como

políticas do País poderiam ficar abaladas, e sim pelo rebaixamento de preços, para haver uma compensação e um diferencial natural com o robusta, porque o que nós podemos observar é que está havendo um movimento constante neste último ano de queda das cotações do café Arábica e do café colocado pela Colômbia e por Quênia que são cafés de ótima qualidade. Tem havido assim uma constante baixa no comércio Internacional, aumento gradativo do café robusta. Esse robusta teve como ação psicológica inicial abrir novos mercados e acostumar novos consumidores ao seu paladar, e também grande participação na composição do café solúvel. Isso tem trazido repercussões de ordem bem negativas, e se nós a médio prazo tentarmos fixar aquilo que deverá ocasionar para o Brasil, poderemos concluir que se não for tomada agora uma medida que fuja um pouco a estas cotações naturais dos wavers ou então das autorizações especiais que são instrumentos reguladores de preço, nós talvez portanto abdicarmos certas políticas a serem levadas a efeito no comércio internacional, tenderíamos a perder um pouco a nossa posição também na cotação, cada vez mais drásticamente. Isto nós podemos comprovar. Quanto à medida um tanto complexa, nós estávamos aqui enumerando os fatores que deverão ser mencionados no nosso trabalho, mas nós nos comprometemos com o senhor através da Confederação Nacional da Agricultura a assumir aquela posição que achamos mais válida mas que não surgirá de maneira nenhuma a tese apresentada pelo Dr. Orsini, que é sem dúvida uma nova posição de política cafeeira que deveríamos tomar no Brasil. O interessante seria, eu queria perguntar à Mesa, relatar aos senhores rapidamente o que foi essa viagem, o que aconteceu nos países produtores africanos, nos países produtores latino-americanos, no mercado consumidor europeu. Aos senhores muito obrigado.

DEBATES

Rubens Dias

Vou usar da palavra para um comentário a respeito, e depois o Dr. Coutinho novamente. Eu teria, com referência ao trabalho do Dr. Orsini, que na sua 1.^a parte focaliza de uma maneira bem apropriada a situação por que passa o café, três dúvidas: A 1.^a dúvida é na questão do nível de preços em que se deveria parar; quer dizer, hoje nós estamos ofertando os nossos preços e no Brasil a política brasileira têm uma influência decisiva no nível a que está sendo ofertado o café brasileiro, e por consequência os demais cafés. Isto é, um rebaixamento de preços, uma acomodação, numa nova situação de mercado, levaria junto com a queda das cotações brasileiras todos os demais produtores. Então nós perguntariamos em que nível parar, e se nesse novo nível nós não teríamos exatamente uma repetição da situação existente apenas evidentemente como uma menor faixa de estímulo para os outros e nós que há tempos atrás estávamos com as cotações estabilizadas em 50 cents e hoje estamos na faixa de 35; se abaixasse para 20 ou para menos ainda, talvez a única decorrência seria a perda de cambiais e sem alterar fundamentalmente a posição geral com face aos demais competidores. Outra dúvida, outra questão, é com referência ao preço médio que efetivamente o café vem recebendo no interior para o lavrador, na citação da pag. 9, em que se admite que o cafeicultor receba um terço do total que se obtém nas cambiais. Eu acho que o Dr. Orsini não computou neste cálculo o preço que o IBC paga aos cafés que não entram no processo de exportação, mas que de qualquer jeito o lavrador recebe, vende este café e aufera uma renda correspondente. A 3.^a indagação que eu faço é referente à base da política interna principal sugerida, que é o contingenciamento da produção. É daí, embora não se deva reconhecer que a política certa numa situação com a que se enfrenta um produto qualquer seria limitar a oferta à possibilidade da demanda, com o café, que é uma cultura permanente, isso encara problemas sérios, quer dizer, o estabelecimen-

to de cotas numa situação atual, em que se produz normalmente mais daquilo que se pode colocar no mercado, nós iríamos exigir dos lavradores uma redução nas suas produções individuais. E estas produções individuais estão baseadas numa área específica de café; isso levaria imediatamente não a um corte de cafezal com conseqüente intensificação no plantio; seria um contra-senso para a maioria dos nossos cafeicultores. Eles apenas pensa e simplesmente relaxariam o trato, não adubariam de jeito nenhum, fariam menos carpas, e isso tudo no fundo significa prejuízo, porque nós vamos ter um abaixamento na produtividade, nos recursos que estão sendo empregados tanto de capital como de braço. Isso é um fato que precisa ser considerado, embora como eu disse anteriormente, eu concorde com a tese em si de controle da produção.

* * *

Dr. Coutinho

Sr. Presidente,

De u'a maneira geral eu concordo com o trabalho do Dr. Orsini e o achei magnífico e as restrições que ia fazer em parte eram pertinentes às que fez o Dr. Rubens. Mas, o que eu não concordo está na pagg. 5, quando êle diz "como se verifica, o café desempenha um papel muito mais amplo em matéria de trabalho e de distribuição de renda de que outros setores de elite de nosso parque industrial". Pelos dados que êle apresentou, a tese é válida apenas em relação à matéria de trabalho, mas quanto à distribuição de renda não é pelo seguinte: Eu estive fazendo aqui os cálculos pelo quadro que êle apresentou. A indústria automobilística contribuiria com 383 mil cruzeiros e a cafeicultura com 125 mil. Por trabalhador a indústria automobilística remunera dois milhões e trezentos por ano e o café 500 mil, de modo que é axiomático que o exemplo dêle não é válido em afirmativa. E com a circunstância de que a indústria automobilística propicia em maior percentagem talvez o emprêgo de trabalhadores especializados, concorrendo assim para melhorar o nível de vida do trabalhador brasileiro, enquanto que a baixa remuneração paga pela cafeicultura obriga as massas rurais a permanecer em um nível de padrão de vida sub-humano. De modo que a tese por êste motivo, baseado em seus próprios dados, não é válida.

Muito obrigado.